

Petróleo e o Norte do Brasil

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

A notícia mais importante da semana não apareceu em Brasília, mas no litoral norte do Brasil, onde foi descoberta acumulação de petróleo em águas ultra profundas na Bacia Potiguar, entre o Rio Grande do Norte e o Ceará. A descoberta pode indicar grande potencial de óleo em toda a Margem Equatorial, área da nova fronteira exploratória que é composta, além da Potiguar, pelas bacias da Foz do Amazonas, Pará, Maranhão e Ceará. Essa informação, pouco divulgada, significa criação de empregos e perspectiva de desenvolvimento de uma vasta região, ao contrário das fofocas parlamentares, que só servem para alimentar intrigas políticas.

A Petrobras informa que o reservatório Anhangá é do tipo turbidítico, constituído por arenito depositado por correntes marítimas há milhões de anos durante a separação dos continentes, em tempos imemoriais. É uma evidência de que o lençol é do mesmo tipo e qualidade do descoberto na Guiana, no Suriname, além de Costa do Marfim e Gana, na África. Essa é uma oportunidade única, uma verdadeira janela, que se abre para o desenvolvimento de uma área pobre e esquecida pelo governo central.

A chamada Margem Equatorial vai desde o Amapá até o Rio Grande do Norte. Trata-se de reservatório de petróleo semelhante, em tamanho e qualidade, ao famoso pré-sal, que vem ajudando o Brasil a manter elevados ganhos na balança comercial, resultado da exportação de petróleo, uma novidade na história da economia brasileira. Todos os estados da Região Norte poderão se habilitar a receber os royalties do petróleo explorado pelas empresas que trabalham nesse poderoso ramo, em que corre muito dinheiro e, cada vez mais, exige tecnologia de ponta.

A pequena Maricá, no estado do Rio de Janeiro, é um exemplo de como o petróleo modifica a vida de uma cidade. Além de obras públicas vistosas, a prefeitura criou uma moeda chamada de Mumbuca, que é livremente aceita no comércio, porque tem lastro. Tem valor. E agora uma empresa aérea acaba de anunciar voos entre Maricá, São Paulo e Brasília. Para os moradores de Maricá, a passagem custará entre R\$ 100 e R\$ 200, dependendo do destino. Nos dois casos, será aceito o pagamento em Mumbuca. Para o passageiro normal, que está fora dessa bolha de proteção, o custo da passagem é de R\$ 1 mil. Macaé, mais ao norte, perto de Campos, é uma espécie de capital da operação do pré-sal. A cidade mudou muito, e para melhor, nos últimos anos. Também mantém voos regulares para diversos pontos do país. E organiza um bom carnaval, naturalmente, bancado pela prefeitura.

Ao contrário, a Região Norte do Brasil é largada há séculos. Até 1960, o acesso a Belém do Pará só era possível por intermédio de navios da navegação costeira ou de avião, basicamente aqueles que faziam a rota para os Estados Unidos, obrigados a pousar na capital paraense para reabastecer. Somente no governo



JK foi aberta a Belém Brasília. As rodovias para o noroeste, no caso Rondônia e Acre, basicamente a BR 364, foi aberta no governo militar seguindo os postes fixados pelo marechal Rondon quando fez a ligação telegráfica do Mato Grosso com o resto do Brasil. Até então o Norte era esquecido e desconhecido. Quem chegou a essas regiões e se estabeleceu com comércio de primeiras necessidades ficou rico. A região do Brasil que mais cresce é o Centro-Oeste.

O Norte quer participar dessa festa. Quando o pré-sal deu os primeiros sinais de que produziria riqueza, nenhuma voz se lembrou de defender a natureza no litoral do Rio de Janeiro, São Paulo ou Espírito Santo, estados largamente beneficiados pelos royalties. As plataformas de petróleo estão em alto-mar produzindo para o mundo inteiro, na chamada Amazônia Azul, o mar territorial brasileiro. Não há notícias de vazamentos relevantes. A Petrobras informa que perfurou mais de mil poços de petróleo e nunca provocou nenhum prejuízo para a sociedade nacional. A

disputa entre os extremistas da conservação ambiental e os que pretendem criar empregos na região será grande. A área de petróleo e gás promete criar mais de 300 mil empregos nos próximos anos.

Para se ter uma noção do atraso, os limites do Brasil e da Guiana Francesa foram fixados por negociação do Barão do Rio Branco com o governo francês, que desejava abocanhar a metade do Amapá, no início do século 20. Concluída a negociação, o Barão solicitou ao governo federal que fosse aberta a estrada de Macapá até Oiapoque, na fronteira com o território ultramarino da França. A estrada existe, dois terços dela estão asfaltados e um terço do meio está abandonado há quase um século. É um lamaçal. Há um velho aeroporto na cidade de Oiapoque sendo revitalizado pela Petrobras. Macapá só é lembrada por seu estádio de futebol ser cortado ao meio pela linha imaginária do Equador. Metade do gramado fica no Hemisfério Sul, outra metade no Hemisfério Norte.

Sem precedentes, mas não inesperado

» JOSE VICENTE PIMENTEL
Embaixador aposentado

É sem precedentes o ataque de drones e mísseis iranianos a Israel na noite de sábado. A escala do ataque e o fato de que os mais de 300 projéteis partiram de solo iraniano confirmam o ineditismo do episódio. Sem precedentes, mas não inesperado. As relações entre Israel e Irã estão em nível crítico há vários anos, e o receio de que a guerra em Gaza pudesse escalar para um conflito de grandes dimensões aumentou depois que o aiatolá Ali Khamenei responsabilizou Benjamin Netanyahu pelo bombardeio das instalações diplomáticas iranianas na capital da Síria em 1º de abril.

Os riscos à paz mundial são agora semelhantes aos gerados pela crise dos mísseis em Cuba, em outubro de 1962. John Kennedy e Nikita Krushchev foram capazes de desarmar aquele que foi o momento mais tenso da Guerra Fria, mas há controvérsias quanto à capacidade dos líderes atuais. No singular regime iraniano, o Khamenei é chefe de Estado vitalício e também a máxima autoridade política e religiosa do país, encarregado da segurança, defesa e política externa. Depende de Khamenei a gestão de um programa nuclear sofisticado e um estoque de urânio enriquecido que, segundo avaliações de peritos, poderia ser transformado em combustível para algumas bombas em espaço de dias. Israel tem o apoio da Otan, mas a liderança de Netanyahu é cada vez mais contestada, e seus próximos passos não são claramente previsíveis, a não ser que ele tentará de todas as formas se manter no poder.

Há uma tendência natural a imaginar que Netanyahu ganha uma sobrevida política em decorrência do ataque. Não há certezas, porém, nessa equação. Um dado a ter presente é que a parceria política com o atual governo israelense se torna cada vez mais incômoda, e os seus adversários em Telavive estão atentos a essa tendência. Desde ontem, o ex-primeiro-ministro Ehud Barak multiplica aparições na mídia internacional com declarações que minimizam os danos sofridos por Israel e realçam a excelência do apoio dos órgãos de inteligência americanos. Nas palavras de Barak, Israel venceu este round e precisa doravante definir com equilíbrio os seus interesses, e não tomar qualquer iniciativa impensada. Advertiu que Netanyahu continua atolado em Gaza, onde reféns israelenses continuam cativos, a fronteira com o Líbano permanece volátil e o perigo para a população é real.

Intensa mobilização diplomática reflete a dimensão da crise. A pedido do presidente Joe Biden, a presidência do G7 convocou uma reunião para ontem, a fim de "articular uma resposta diplomática e unida" das grandes potências. O Conselho de Segurança das Nações Unidas também se reuniu à tarde, enquanto os ministros das Relações Exteriores da União Europeia foram igualmente convocados para se manifestarem, no mesmo dia, sobre a situação. Imperscrutável, Netanyahu antecipou-se e marcou, de manhã, uma reunião do Gabinete de Guerra de Israel.

Num cenário de marcada internacionalização do problema do Oriente Médio, uma coincidência no interesse da China e dos Estados Unidos abre uma expectativa otimista. Xi Jinping estimulou a comunidade internacional, "especialmente os países influentes", a terem um papel construtivo para evitar o pior. A China é o país que pode conter o Irã, e Biden se beneficiaria disso. As conveniências da sua campanha à reeleição em novembro estão, até aqui, resguardadas. A defesa anti-aérea israelense, criada e financiada pelos Estados Unidos, parece ter funcionado a contento, bloqueando de 90% a 99% dos projéteis disparados pelos iranianos, e, portanto, a solidariedade ao povo judeu e a importância da cooperação militar americana não podem ser contestadas. O perigo vem da hipótese, não desprezível, de uma nova retaliação israelense. Nesse sentido, o maior desafio de Biden seria conter Netanyahu. Em suma, será um período de intensa atividade política-diplomática, e só se pode esperar que o bom senso prevaleça.

Gestão regionalizada pode ser a solução para a destinação do lixo

» ANGÉLICA PETIAN
Advogada e pós-doutora em direito pela USP

Novo marco legal do saneamento (Lei nº 14.026/2020) é um texto moderno e avança muito no enfrentamento de questões importantes para a sociedade brasileira. Para além da universalização do acesso à água potável e ao tratamento de esgoto, traz a possibilidade de gestão regionalizada de diversos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos. No último dia 19 de março, a Agência Nacional de Águas e Saneamento (ANA) editou norma de referência específica para essas atividades, que integram o guarda-chuva do saneamento básico.

A resolução dispõe sobre as condições gerais para a prestação direta, ou por meio de concessão dos serviços públicos, e cuida especialmente da prestação regionalizada. A norma traz um avanço para essa questão da gestão regionalizada porque conceitua a concessão de serviços públicos como a delegação da prestação feita pelo titular ou por estrutura de prestação regionalizada, que exerça a titularidade da pessoa jurídica e demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco, e por prazo determinado.

A agência reguladora esclarece que o manejo de resíduos sólidos é composto pelas seguintes atividades: coleta; transbordo; transporte; triagem, para fins de reutilização ou reciclagem; tratamento e destinação final. Esse manejo poderá ter sua titularidade exercida por entidade regional, que prestará os serviços direta ou indiretamente — nesse

caso, mediante licitação. E a execução dessas atividades não precisa ser feita por um único prestador.

São múltiplos os arranjos possíveis. Vários municípios de uma mesma região poderiam manter, por exemplo, a coleta, o transbordo e o transporte como serviços municipais, prestando-os diretamente, cada qual com seus recursos humanos e materiais próprios, ou indiretamente, por meio de contratos administrativos de prestação de serviço continuado. Esses mesmos municípios poderiam, aderindo à estrutura regionalizada, prestar os serviços de triagem, tratamento e destinação final de forma conjunta, unindo esforços para as etapas que demandam maior investimento, cuja escala se apresenta como fator decisivo na atratividade do setor privado.

Tanto é assim que o Decreto 10.923/2022 atribuiu aos estados a competência para incentivar a regionalização dos serviços de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, por reconhecer a baixa capacidade institucional de muitos municípios. Esse incentivo se dará por meio de consórcios públicos e arranjos de prestação regionalizada, desde que atendam a mais de uma cidade e tenham foco na destinação final e ambientalmente adequada de resíduos. Como destinação final, o documento é amplo e aponta várias possibilidades, como a reutilização, a reciclagem, a recuperação energética, o descarte em aterros sanitários ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes.

Importante lembrar que o novo marco legal do saneamento impôs aos municípios o dever de cobrar pela prestação dos serviços, mediante taxa ou tarifa. A lei é expressa no sentido de que a ausência de proposição de instrumento de cobrança pelo serviço em questão configura renúncia de receita pelo ente, implicando perda de benefícios fiscais do governo federal em várias áreas, além de consequências para o gestor público.

Vários municípios incluíram a cobrança das taxas nos lançamentos tributários do IPTU. No entanto, pouquíssimos estão se organizando para implementar melhorias nos serviços e garantir a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos.

O exame dos atos normativos demonstra que há ferramentas suficientes para o enfrentamento do problema que é comum a várias cidades e que acarreta severas consequências ambientais e de saúde pública. O legislador e a entidade reguladora nacional estão cumprindo sua missão. É hora de o Executivo agir e tirar do papel as ações previstas nos planos municipais e regionais de saneamento.

Os estados-membros devem ter um papel importante nesse segmento, de atuar como eixo institucional, assumindo o protagonismo para o tratamento regional do tema que poderá gerar ganho de escala e, consequentemente, atrair mais a iniciativa privada que, por sua vez, poderá aportar novas tecnologias e entregar um serviço mais eficiente à população.